

De Militares a Emigrantes

Carlos Alves Lopes

CH-ULisboa – Centro de História da Universidade de Lisboa
CINAV – Centro de Investigação Naval, Escola Naval

clopes@letras.ulisboa.pt

Resumo

A implantação da República nos Estados Unidos do Brasil, em 1889, viria a despoletar um conjunto de conflitos internos. Contestada a governação republicana quase desde os primórdios do Governo Provisório, onde se acrescentaram graves perturbações nos Estados e no Congresso Nacional da República Federal dos Estados Unidos do Brasil, que levaria o país a mergulhar numa guerra civil, denominada Revolução Federalista de 1893-95.

Nesta conjuntura abordamos a presença da força naval portuguesa na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, a partir de Agosto de 1893, mas em especial eventos ligados à acção de salvamento dos revoltosos, em Março de 1894, de uma inevitável situação de encarceramento e de possíveis represálias atrozes.

O transporte dos revoltosos até Lisboa, no decurso da operação denominados como “asilados brasileiros”, o Comandante Augusto de Castilho viria a se deparar com um conjunto de fugas e conflitos diplomáticos, mas acima de tudo por uma transformação da vontade dos revoltosos brasileiros que variou entre ir para Portugal e ficar no Brasil, ou seja, um chamamento patriótico para voltarem à luta.

Já em Portugal, os asilados passaram por um processo de acolhimento e desmobilização progressivo, até ao final da Guerra Federalista no Brasil em 1895.

Palavras-chave: Revolta da Armada Brasileira, asilados brasileiros, Augusto de Castilho

Abstract

The establishment of the Republic in the United States of Brazil in 1889 triggered a series of internal conflicts. The republican governance was challenged almost from the very beginning of the Provisional Government, which was compounded by serious disturbances in the States and the National Congress of the Federal Republic of the United States of Brazil, leading the country to plunge into a civil war, known as the Federalist Revolution of 1893-95.

In this context, we address the presence of the Portuguese naval force in Guanabara Bay, Rio de Janeiro, from August 1893 onwards, but especially events related to the rescue operation of the rebels in March 1894, from an inevitable situation of imprisonment and possible atrocious reprisals.

During the transport of the rebels to Lisbon, in the course of the operation referred to as "Brazilian exiles," Commander Augusto de Castilho would encounter a series of escapes and diplomatic conflicts, but above all, a transformation in the will of the Brazilian rebels, which varied between going to Portugal and staying in Brazil—that is, a patriotic call to return to the fight.

In Portugal, those seeking asylum went through a process of gradual reception and demobilization, until the end of the Federalist War in Brazil in 1895.

Keywords: Revolt of the Brazilian Navy, Brazilian asylum seekers, Augusto de Castilho.

Introdução

Será sempre interessante reflectir sobre novas perspectivas de acontecimentos históricos, onde a Marinha tem o papel principal e seguir rumos interpretativos onde

exista a possibilidade de se colocar a mesma como uma força humanitária, que transvaza o seu estrito vector militar.

Para além de uma contextualização do ambiente vivido na baía de Guanabara no período da 2ª Revolta da Armada (1893-1894), focamos a abordagem no impacto histórico da missão de salvamento e transporte dos revoltosos brasileiros que capitularam a 13 de Março de 1894, assim como o seu acolhimento em Portugal.

Tratou-se de um momento marcante da intervenção directa da força naval portuguesa comandada pelo Capitão-de-Fragata Augusto de Castilho, onde as interações entre protagonistas foram influenciadas por acontecimentos locais e de cariz internacional.

Para além da questão humanitária, a conjuntura extraordinária que se seguiu à implantação da República no Brasil¹, em 1889, foi um momento catalisador para o rearranjo geopolítico do Continente Americano, onde para além do corte com uma visão política e económica centrada no modelo europeu, o progresso social foi confrontado com uma série de evoluções tecnológicas acompanhadas por uma afirmação política dos Estados Unidos da América como potência mundial² emergente e a afirmação da doutrina Monroe de 1823.

No contexto da Guerra Civil Brasileira, entre 1893 e 1895, também denominada Revolução Federalista, o desfecho da 2ª Revolta da Marinha viria a ser em muito influenciada pela presença das forças navais internacionais, onde se destaca o papel da Marinha Portuguesa.

É com o foco no fim da acção dos revoltosos na baía de Guanabara e a sua chegada a Lisboa que enquadramos a abordagem histórico-militar, e nesse sentido revisitamos a questão dos asilados brasileiros recolhidos pela força naval portuguesa na costa oriental da América do Sul, na baía de Guanabara entre 12 e 13 de Março de 1894, até à sua chegada aos depósitos de emigrantes brasileiros em Peniche e Elvas em Junho de 1894 e processo de desmobilização até ao final da Revolução Federalista no Brasil.

Os últimos dias na baía de Guanabara

A 30 de Novembro a força naval revoltosa dividiu-se em duas esquadras: a interior e a exterior, sendo que esta última comandada pelo Contra-Almirante Custódio de Melo saiu da baía de Guanabara com os navios mais poderosos para dar a início a um conjunto

¹ Celso Castro (1995), pp.163-191.

² Stefan Rinke (2015), pp. 90-91.

de operações navais em favor dos federalistas no Sul, mas a opção estratégica agravou a situação tática no interior da baía de Guanabara.

O fim da capacidade operacional da Esquadra Interior comandada pelo Contra-Almirante Saldanha da Gama, desde 7 de Dezembro de 1893, era evidente. Para estas tornava-se necessária uma acção imediata sobre as forças governamentais do Presidente Floriano Peixoto, o que levaria a um ataque sobre Niterói numa última tentativa para alterar a situação, ou procurar um fim em glória.

As faltas gerais de combustível, mantimentos e munições tornavam-se notórias, e as condições operacionais dos navios que operavam desde Setembro sem manutenção, começavam a reflectir falhas na capacidade de combate³.

Ligado à tentativa de uma alternativa de abastecimentos encontra-se a questão do vapor de bandeira portuguesa *Cidade do Porto*, pertencente a um armador de Buenos Aires, *Benchimol e Sobrinhos*. Capturado pelas forças governamentais, ficou demonstrado por escrito existir a finalidade de um apoio directo à causa federalista com a tentativa de obter um contrato de abastecimento com os revoltosos.

Este navio trazia de Santa Catarina informações à cerca da organização do Governo Provisório Federalista, para serem entregues ao Contra-Almirante Custódio de Melo⁴, local onde tinha descarregado armamento e munições vindos de Buenos Aires e sobre onde tinha carregado mantimentos para serem entregues aos revoltosos na baía de Guanabara.

Surto na baía de Guanabara com pouca tripulação a bordo e com o seu capitão detido pelas forças governamentais, o Comandante Augusto de Castilho colocou o vapor *Cidade do Porto* sob a protecção portuguesa, até que a autoridade do armador fosse retomada.

Uma segunda situação com um navio de bandeira portuguesa⁵ da mesma firma, o vapor *Alice*, desta vez com abastecimentos dirigidos às tropas governamentais, viria a originar uma igual colocação sob a protecção naval portuguesa⁶, desta vez com uma força destacada da corveta *Mindelo* e sob o comando do Segundo-Tenente Gago Coutinho, entre 25 de Outubro e 1 de Novembro, para impedir qualquer acção dos revoltosos.

³ Honorato Caldas (1896), pp. 58-59.

⁴ Augusto de Castilho (1894b), p.202.

⁵ Idem, p.285.

⁶ Idem, p.244.

A questão do navio *Cidade do Porto* manter-se-ia aberta até à fuga dos revoltosos da baía de Guanabara, tendo ao longo do tempo existido uma forte pressão por parte dos revoltosos para obter a carga retida no mesmo.

Chegados a 5 de Fevereiro a Esquadra Interior alcançou o limite da sua sustentabilidade operacional. Depois do Contra-Almirante Saldanha da Gama ter falhado um plano de sublevação geral para alterar o *status quo*, e com a impossibilidade de atacar directamente a capital federal Rio de Janeiro, em face da protecção prestada pela força naval internacional, a 9 de Fevereiro teve início um assalto a Niterói onde estavam estacionados cerca de 2.000 homens das forças governamentais protegidos por redutos e com grande número de peças de artilharia.

O ataque das forças revoltosas com apenas 520 homens, numa desproporção de 1:4, mas com a vantagem do factor surpresa, um apoio de artilharia vindo das ilhas de Conceição, Cajú e Mocangué Grande, dos navios: couraçado *Aquidaban* e cruzador auxiliar *Júpiter* em apoio directo, e um apoio especial do cruzador *Tamandaré* para um bombardeamento das baterias no morro de São João Baptista e no Forte de Gragoatá como manobra de diversão para desviar a atenção das forças governamentais do ataque principal.

O assalto às posições governamentais foi violento, fuzilaria, metralha e baioneta, de ambos os lados, tendo muitas das posições sido tomadas em corpo-a-corpo. Apesar dos sucessos iniciais, a desvantagem numérica das forças revoltosa e os reforços recebidos pelas forças governamentais, permitiram a manutenção de grande parte das posições governamentais em Niterói e uma reconquista progressiva dos pontos inicialmente perdidos durante a madrugada.

A situação tornar-se-ia em poucas horas insustentável para os revoltosos e com elevado número de baixas, gerou-se uma situação de desordem e perda de comando, transformando os combates em verdadeira atrocidade e barbarismo⁷. A fuga das forças revoltosas viria a ser efectuada de forma caótica, sob a protecção da artilharia naval, e com uma feroz perseguição por parte das forças governamentais.

Entre o elevado número de baixas, aproximadamente 50% da força inicial, encontrava-se ferido o próprio Contra-Almirante Saldanha da Gama, que quase foi capturado. Do lado das forças governamentais as baixas elevaram-se a cerca de 700 homens⁸, o que reafirma a violência dos combates.

⁷ Honorato Caldas (1896), p.70.

⁸ Hemâni Donato (1996), p.299.

O ataque a Niterói colocou um ponto final para qualquer nova iniciativa de desembarque. Desmoralizadas, as chefias da Esquadra Interior tomaram a decisão de depor as armas e por termo à luta, sendo que a saída vislumbrada pelo Contra-Almirante Saldanha da Gama foi o de se colocarem ao abrigo da Bandeira Portuguesa.

A presença naval portuguesa encontrava-se na baía de Guanabara mesmo antes do início da revolta. A corveta *Mindelo* (1875) com uma guarnição de 165 homens tinha chegado ao Rio de Janeiro a 15 de Junho, vinda de Luanda comandada pelo Capitão-de-Fragata Augusto de Castilho, onde se destacam outros oficiais como o imediato Capitão-Tenente António Gonçalves Pinto e os Segundos-Tenentes João da Cruz Vizetto, Carlos Viegas Gago Coutinho, Augusto Henrique Metzner e José Vieira da Fonseca. O Segundo-Tenente Gago Coutinho não viria a acompanhar a travessia final para Lisboa, porque foi repatriado logo em 1893, depois de ter sido hospitalizado no Rio de Janeiro com febre amarela. Esta sua primeira presença no Rio de Janeiro viria a ser marcada por uma segunda presença em glória, quando da travessia aérea do Atlântico Sul em 1922.

A corveta *Afonso de Albuquerque* (1884) com uma guarnição de 170 homens tinha chegado ao Rio de Janeiro a 30 de Novembro, comandada pelo Capitão-de-Fragata Francisco de Paula Teves. Estas unidades navais viriam a ser as protagonistas do salvamento dos revolucionários na Baía de Guanabara a 13 de Março.

O fim da Esquadra Interior

Desde os finais de Fevereiro corriam notícias contraditórias sobre a situação da Esquadra Interior e uma dessas encontra-se publicada no jornal diário *Pacotilha*, do Estado do Maranhão, onde refere Niterói cercada por mar e por terra, e ainda, a aquisição de dois couraçados e dois torpedeiros de alto-mar por parte dos revoltosos com um financiamento contraído em Londres, ou ainda boatos sobre a existência de uma força militar federalista estacionada no mar fora da barra para ser utilizada em Niterói⁹.

Pura propaganda sem qualquer aderência à realidade. A situação era verdadeiramente crítica e não existia qualquer possibilidade de reforço das forças da Esquadra Interior.

Na realidade uma Esquadra Governamental, recém-formada no final de Fevereiro estava pronta para avançar sobre as forças revoltosas dentro da baía de Guanabara e isso terá pesado na decisão do ataque a Niterói, em 9 de Fevereiro. O acumular da progressiva

⁹ Pacotilha, 7 de Março de 1894.

desmoralização em face da derrota em Niterói e a chegada da Esquadra Governamental à barra da baía de Guanabara, em 10 de Março, contribuiu para a tomada de decisão de capitulação a 11 de Março.

A capitulação não significou o abandono da luta fora da baía de Guanabara, o que justifica que a 21 de Fevereiro, o couraçado *Aquidaban* e o cruzador *República* tivessem forçado a saída da barra da baía de Guanabara, sob fogo directo da Fortaleza de Santa Cruz da Barra¹⁰.

A 11 de Março, foi entregue em nome do Contra-Almirante Saldanha da Gama uma proposta de capitulação das forças revoltosas ao comandante da força naval portuguesa, o Capitão-de-Fragata Augusto de Castilho¹¹, fundamentada por uma situação humanitária e que englobava um conjunto restrito de pessoas, onde se incluía o próprio Contra-Almirante Saldanha da Gama, os seus oficiais e dois médicos, num total de 70 pessoas¹².

Seria o próprio Comandante Augusto de Castilho, em entrevista com o Presidente Floriano Peixoto na noite desse mesmo dia, que entregou uma cópia da proposta de capitulação das forças revoltosas ao Presidente.

O Governo Brasileiro desaprovou a concessão de asilo às forças revoltosas por parte de Portugal e reiterou que findas 48 horas, ou seja, no dia 13 de Março ao meio-dia iriam começar as operações contra os revoltosos situados em terra: nas ilhas de Villegaignon, Cobras e Enxadas, e contra os navios através de uma acção das baterias em terra em conjunto com a intervenção da Esquadra Governamental, por forma a colocar um ponto final sobre a revolta na baía de Guanabara. O corpo diplomático de Portugal, Inglaterra, França e Itália ainda tentaram ganhar tempo junto do Governo Brasileiro, uma extensão de 24 horas em relação à data-limite, mas sem sucesso.

Sem apoio por parte da força naval da Inglaterra e dos Estados Unidos da América aí presentes o Capitão-de-Fragata Augusto de Castilho encontrou um ambiente adverso por parte dos responsáveis das outras forças navais internacionais presentes, os mesmos que ao longo dos meses anteriores tinham colaborado na arbitragem do conflito, negociando entre as partes um minimizar dos níveis de violência em redor da cidade do Rio de Janeiro.

¹⁰ Aníbal Barreto (1958), pp.200-07.

¹¹ Honorato Caldas (1896), pp.77-78.

¹² Honorato Caldas (1896), p.79.

No final do prazo dado pelo Presidente Floriano Peixoto, meio-dia de 13 de Março, entre a 8:00 horas e as 14:30mn, as corvetas *Mindelo* e *Afonso de Albuquerque* foram invadidas por centenas de refugiados, muitos mais que os 70 homens inicialmente alvitados. O número de brasileiros refugiados recolhidos nas corvetas é impreciso e varia de autor para autor: Honorato Caldas indica 493 homens¹³ e João Freire e Santos Júnior¹⁴ indicam 518 homens (*Mindelo* 267 e *Afonso de Albuquerque* 251).

A caminho de Lisboa

Durante os seis dias que se seguiram foram vários os boatos que indicavam como iminente um assalto das forças governamentais brasileiras sobre os navios portugueses para arrancar os asilados de dentro dos mesmos¹⁵, mas chegados a 18 de Março veio finalmente a autorização de Lisboa para a força naval portuguesa zarpar.

Saíram vagarosamente em linha da baía de Guanabara em direcção à barra, com as portinholas todas abertas e as peças em bateria, sob o olhar da Fortaleza de Santa Cruz da Barra¹⁶, com a corveta *Mindelo* à frente seguida da corveta *Afonso de Albuquerque*, acompanhadas pelas duas unidades navais britânicas que se encontravam dentro da baía, o cruzador *Sirius* e a canhoneira *Beagle*, até certa distância fora da barra.

Rumo a Sul, seguiram-se 10 dias de navegação costeira em direcção às repúblicas do Rio da Prata: Uruguai e Argentina, em condições de acomodação exíguas para as guarnições e passageiros, sem comunicação com terra, mas onde as condições climáticas e de mar foram favoráveis.

Chegados a Buenos Aires a questão da viabilidade do transporte dos asilados viria a ser uma questão fulcral para todo o desenlace dos acontecimentos que se seguiriam. As soluções procuradas pelo representante diplomático de Portugal, Visconde António de Faria, o comandante Augusto de Castilho e o Conselho do Almirantado em Lisboa, levaram à manutenção dos asilados a bordo por um longo período, onde o tédio, a ansiedade e o chamamento patriótico levaram a um conjunto de fugas dos navios para a Argentina e posteriormente para o Uruguai.

¹³ Idem, pp. 87-93.

¹⁴ Santos Júnior (2015), p.156.

¹⁵ Honorato Caldas (1896), p.86.

¹⁶ Frederico Villar (1944), p.307.

Tabela 1 - Propostas de Transporte

Propostas	Data	Vapor	Bandeira	Autorização Almirantado	Autorização A. Castilho
Augusto de Castilho	13 de Março	<i>Cidade do Porto</i>	Portuguesa	Não	---
António de Faria	2 de Abril	<i>Norte América</i>	Italiano	Não	---
António de Faria	4 de Abril	2 rebocadores	Argentinos	---	Não
António de Faria	6 de Abril	<i>Pedro III</i>	Argentino	Sim	---
Conselho do Almirantado	2 de Maio	<i>Angola</i>	Portuguesa	Sim	---

Enquanto se discutiam as soluções possíveis, a motivação dos asilados brasileiros para se manterem a bordo dos navios portugueses degradou-se em muito, pelo chamamento catalisador de emigrantes brasileiros federalistas em Buenos Aires, que montaram uma estratégia e conseguiram operacionalizá-la para criar as oportunidades de fuga.

As informações sobre os estratagemas de fuga chegavam facilmente aos asilados através do contacto com as tripulações das embarcações de transporte e abastecimento que regularmente acostavam às corvetas. Por outro lado, o conhecimento da intensão de desembarcar os asilados em território português em África e não na Europa, também contrariava a motivação para se manterem a bordo.

Com duas fugas organizadas por federalistas emigrados em Buenos Aires, as corvetas *Mindelo* e *Afonso de Albuquerque* tiveram de se deslocar para águas internacionais.

Tabela 2 - Localizações das Esquadras

Localizações	13/Março	25/Março	6/Abril	13/Abril	16/Abril	18/Abril	28/Abril
Força Naval Portuguesa Augusto de Castilho	<i>Brasil</i> Rio de Janeiro	<i>Argentina</i> Buenos Aires Quilmes	<i>Argentina</i> Buenos Aires Quilmes	<i>Argentina</i> Punta del Indian	<i>Argentina</i> Punta del Indian	<i>Uruguai</i> Montevideo	<i>Uruguai</i> Montevideo
Esquadra Interior Saldanha da Gama	<i>Brasil</i> Rio de Janeiro	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Esquadra Exterior Custódio de Melo	<i>Brasil</i> Santa Catarina	<i>Brasil</i> Santa Catarina	<i>Brasil</i> Rio Grande	<i>Uruguai</i> Castilho	<i>Argentina</i> Buenos Aires	-----	-----

Mais uma vez os factores externos viriam a ser essenciais para motivar a fuga dos asilados. A Esquadra Exterior Federalista que também tinha encontrado o seu limite operacional, após o insucesso do ataque à cidade de Rio Grande, rumou a Sul para se internar no porto de Buenos Aires e nesse período os asilados dentro das corvetas portuguesas tiveram a oportunidade de observar a passagem dos navios brasileiros junto a Punta del Indian.

Tabela 3 - Fugas

Localizações	Data	Observações
1ª Fuga, Argentina, Buenos Aires Ancoradouro de Quilmes	<i>8 de Abril</i>	<i>Durante a trasfega de carvão Perto de uma centena de fugitivos</i>
2ª Fuga, Argentina, Buenos Aires Ancoradouro de Quilmes	<i>9 de Abril</i>	<i>Durante a trasfega de carvão Perto de uma dezena de fugitivos</i>
3ª Fuga, Uruguai, Montevideo Ancoradouro da Ilha das Flores	<i>27 de Abril</i>	<i>Durante a noite com apoio de terra Fuga do Contra-Almirante Saldanha da Gama e mais de duzentos fugitivos</i>
4ª Fuga, Ilha de Ascensão, Britânica Baía de Georgetown	<i>14 de Maio</i>	<i>Durante a transferência para o vapor Angola Fuga de cerca de duas dezenas de fugitivos</i>

Já com o plano de transporte dos asilados em marcha, as corvetas deslocaram-se para Montevideo, onde se viria a efectuar o transbordo dos brasileiros para o vapor *Pedro III*, mas não sem mais uma fuga.

A presença dos camaradas de armas em Buenos Aires, e em Montevideo, e a forma favorável como foram acolhidos localmente concretizou mais um factor influenciador da motivação de desembarque naqueles territórios, ao invés de se conformarem com um eventual asilo em Angola. Por outro lado, a presença de Custódio de Melo terá influenciado a atitude de Saldanha da Gama que já na baía de Montevideo e com a sua atitude se transformou num facilitador da terceira fuga de asilados.

Foram várias as tentativas de fuga individuais e colectivas frustradas, mas uma última terá passado imperceptível já na ilha britânica de Ascensão, quando do transbordo final dos asilados do vapor *Pedro III* para o vapor *Angola* que os trouxeram até Lisboa.

Em Portugal até ao esquecimento

Quando o vapor *Angola* chegou finalmente ao Tejo no dia 31 de Maio de 1894 e independentemente do número exacto de homens que ficaram pelo caminho, os que chegaram foram distribuídos por dois depósitos: o Depósito de Emigrados Brasileiros da Praça de Peniche e o Depósito de Emigrados Brasileiros da Praça de Elvas.

Grande parte dos 129 asilados que foram enviados para a Fortaleza de Peniche, não desembarcaram em Lisboa e foram levados directamente até ao ancoradouro do porto de Peniche a bordo do vapor *Angola*. Estes deram entrada na Fortaleza de Peniche no dia 2 de Junho¹⁷, sem a necessidade de uma qualquer quarentena uma vez que a duração da viagem garantiu a inexistência de casos de febre amarela, ou de outras doenças vigiadas. Os outros emigrados brasileiros que ficaram em Lisboa tiveram dois destinos temporários: o Hospital da Marinha e o vapor *Índia*.

No Hospital da Marinha foram internados por períodos curtos e variáveis de tratamento cinco asilados previsto seguirem para Peniche e três para Elvas. Após a alta hospitalar foram enviados respectivamente para a Praça de Elvas, ou para a Fortaleza de Peniche, conforme a sua patente ou especialidade profissional enquanto civis¹⁸.

No vapor *Índia* ficaram alojados durante quatro dias o grupo destinado a Elvas, enquanto aguardavam pela oportunidade de transporte terrestre. A razão pela qual foram alojados temporariamente neste navio deveu-se essencialmente com a necessidade de proporcionar um alojamento condigno para o grupo em causa, formado essencialmente por oficiais superiores e a necessidade de limitar a sua liberdade de circulação pela cidade de Lisboa. Ultrapassados os preparativos, o grupo foi embarcado num comboio na Estação do Rossio¹⁹ que seguiu com destino à Estação de Elvas.

Ao se analisar as listas nominais publicadas na imprensa portuguesa e brasileira da época, nomeadamente a revista *O Ocidente*²⁰, de 11 de Junho de 1894 (Lisboa), e o jornal *Pacotilha*²¹, de 19 de Dezembro de 1894 (Maranhão), verificámos que estas não

¹⁷ PT/AHM/DIV3/17/04/CX28/09 – Caderno Anual de Alterações do Depósito dos Emigrantes Brasileiros na Praça de Peniche, de 1894.

¹⁸ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/18 – Caderno de Alterações dos Emigrados Brasileiros.

¹⁹ PT/AHM/DIV3/17/04/CX28/39 – Nota do Conselho do Almirantado de 14 de Junho de 1894 e PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/39 – José Augusto Ribeiro.

²⁰ *O Ocidente*, 11 de Junho de 1894.

²¹ *Pacotilha*, 19 de Dezembro de 1894.

são coincidentes com as listas nominais existentes no Arquivo Histórico Militar, em Lisboa. No entanto, foi possível identificar quantos e quais os homens que efectivamente deram entrada na Fortaleza de Peniche a 2 de Junho de 1894 e posteriormente, e quais os homens que deram entrada na Praça de Elvas a 5 de Junho e posteriormente.

A existência dos depósitos de emigrados brasileiros, em Portugal, só fez sentido enquanto o conflito diplomático entre o Brasil e Portugal perdurou e, ainda mais, após a tomada de decisão brasileira de corte de relações diplomáticas com Portugal, pelo Presidente Floriano Peixoto a 13 de Maio de 1894. Esta data coincidiu com a chegada dos asilados a bordo do vapor *Pedro III* a água britânicas no porto de Georgetown, da ilha de Ascensão.

Entre 13 de Maio de 1894 e 16 de Março de 1895, período em que se manteve a disputa conceptual sobre o carácter da situação dos fugitivos, a gestão dos asilados nos depósitos foi influenciada pela questão diplomática. Contudo, a partir de Março de 1895 e com a perspectiva da vinda do Ministro dos Estados Unidos do Brasil, Assis Brasil, a Lisboa no final do mês, 31 de Março, e ao Porto no final de Abril, a função primária dos depósitos viria a extinguir-se com a chegada do diplomata a 2 de Maio.

Entretanto, o Contra-Almirante Saldanha da Gama que tinha fugido no Uruguai, voltou a reaparecer em Espanha. Viria a firmar um apelo às autoridades portuguesas a favor dos refugiados brasileiros quando em Espanha, onde demonstrou a intenção de vir a ser autorizado a entrar em Portugal para ser recebido pelo Presidente do Conselho de Ministros de Portugal Hintze Ribeiro. Mas face ao impedimento de passar a fronteira por parte das autoridades portuguesas, este oficial publicou em Madrid, uma carta aberta dirigida a Hintze Ribeiro, datada de 24 de Junho de 1894, que viria a ser publicada no *Jornal do Comércio* de 16 de Dezembro de 1895, onde expressava a argumentação do seu apelo.

Mais marcante e menos conhecida foi a intervenção do refugiado brasileiro Contra-Almirante José Pereira Guimarães. Este teve muito mais peso na resolução da questão dos asilados brasileiros, do que os esforços vindos do Brasil, ou do Contra-Almirante Saldanha da Gama, especialmente, após a sua reunião com o Presidente do Conselho de Ministros Hintze Ribeiro, em Setembro de 1894 em Lisboa, onde foram estabelecidas as condições para a concessão de liberdade aos asilados brasileiros que se encontravam nos depósitos de Elvas e Peniche.

Se anteriormente era discutível o carácter humanitário da acção no seu todo, a não dissolução imediata dos depósitos e a opção por manter um progressivo processo de autorizações de residência, demonstrou uma constante atitude humanitária para não abandonar esses homens sem tecto e sem rendimentos, de um dia para o outro. Assim, o processo de desvinculação dos refugiados brasileiros aos depósitos onde se encontravam viria a ser um processo consistente e de velocidade variável.

A condição de refugiado viria a terminar em breve. Brasil e Portugal voltariam a reatar relações diplomáticas a 16 de Março de 1895 e a 23 de Agosto com o fim da Revolução Federalista e com a Paz de Pelotas, os asilados eram livres de regressarem ao Brasil.

Praça de Elvas

Conforme já mencionámos, as listas nominais publicadas na imprensa são quase coincidentes, e não aparentam serem cópia uma da outra, pelas informações particulares que indicam e a informação específica que adicionam. Por exemplo, na revista portuguesa, *O Ocidente*, surge uma importante referência sobre o número e quais os homens que foram para Depósito de Emigrados Brasileiros da Praça de Elvas.

Outra fonte utilizada para identificar os homens que foram enviados para a Praça de Elvas, foi a análise da documentação avulsa relativa aos Emigrantes Brasileiros 1894-1896, existente no Arquivo Histórico Militar. Neste arquivo foi possível encontrar a correspondência entre o Governador da Fortaleza de Peniche e o Governador da Praça de Elvas, as autorizações de deslocação de emigrados brasileiros, as declarações de honra de não retorno aos Estados Unidos do Brasil, as fichas médicas e um caderno de alterações da situação dos emigrados, entre outros documentos.

Foi também viável extrair das fichas médicas dos hospitais militares do Exército e da Marinha informações relevantes, assim como de notas e observações exaradas em livros do registo mensal dos emigrados à guarda do Depósito em Peniche.

Da leitura da documentação em arquivo sobressai a atenção especial que o Governo Português colocou em relação às condições materiais que foram preparadas para receber os refugiados brasileiros. Exemplo disso é a abertura de um crédito extraordinário

disponibilizado pelo Ministério da Fazenda²² ao Ministério da Guerra, para fazer face aos abonos, despesas de alimentação e outras, autorizado em 27 de Setembro de 1894.

Conforme já mencionado, para a Praça de Elvas seguiram os 16 oficiais que tinham sido provisoriamente alojados no vapor *Índia*. A revista *O Ocidente* dá o primeiro indício sobre a preocupação perante as condições materiais a oferecer, quando refere que esses oficiais não foram para Peniche por aí não existir aquartelamento conveniente, nem condições para os doentes que à chegada recolheram ao hospital.

Um telegrama do Governador da Praça de Elvas dirigido ao Ministério da Guerra, datado de 5 de Junho de 1894, refere a chegada de 16 “emigrados” brasileiros na madrugada daquele dia sem incidentes e que estes já tinham declarado por escrito e sobre palavra de honra que não se evadiriam dessa Praça. Menciona, também, que eram esperados mais três emigrados que tinham ficado no Hospital da Marinha, em Lisboa, e que seguiriam para Elvas assim que a convalescença o permitisse²³. Na documentação são ainda encontradas referências às condições de subnutrição²⁴ apresentada por esses homens na chegada a Elvas.

Sabemos que a recepção dos asilados em Elvas foi muito boa e que a 11 de Junho já existiam notícias que indicavam que, por parte dos habitantes locais, tinha havido uma ampla tentativa de os integrar socialmente, dando-lhes acesso aos seus clubes e obsequiando-os em tudo o que lhes estava ao alcance²⁵. O local escolhido para o alojamento em Elvas foi o edifício do Mosteiro de São Paulo, onde estava sediado o Regimento de Cavalaria de Elvas (RC3) e hoje se encontra o Hotel Vila Galé.

Da estação de comboio até ao local de alojamento os emigrados foram levados em caravana acompanhados pelo ajudante-de-campo do Governador da Praça, mais seis praças a cavalo, e as suas bagagens transportadas num carro da administração militar. A justificação para o cuidado de se organizar uma escolta, foi referido como para apenas se evitar a acumulação de curiosos em torno dos asilados, durante um percurso que levou perto de uma hora até à chegados ao Quartel de São Paulo. Chegados ao quartel o primeiro

²² PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/16 – Crédito Extraordinário para Despesas com Emigrados Brasileiros.

²³ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/18 – Emigrantes Brasileiros. Telegrama da Secretaria da Guerra, ao Comandante da 4ª Divisão Militar, em Évora, de 4 de Junho de 1894.

²⁴ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/18 – Emigrantes Brasileiros. Telegrama do Governador da Praça de Elvas para o Ministério da Guerra, e posterior correcção dos dados transmitidos.

²⁵ *O Ocidente*, 11 de Junho de 1894.

acto administrativo foi o de assinarem individualmente declarações exaradas com o próprio punho com a seguinte declaração:

*“Declaro sob minha palavra de honra que não me evadirei da Praça de Elvas, nem sairei as portas da referida Praça, nem que para isso receba ordem ou concessão”*²⁶

E em face deste compromisso foi concedido pelo Governador da Praça a liberdade de circulação dentro das muralhas da Praça de Elvas.

Foi designada uma guarda para o Depósito de Emigrados Brasileiros da Praça de Elvas e, para alojar essa mesma guarda: o oficial-de-dia, o sargento e as praças, foram utilizadas as instalações do presídio da Praça de Elvas que ficava junto ao Quartel de São Paulo. Esta guarda garantia uma rotina diária que contemplava uma parada às 9:00h da manhã, onde o oficial de serviço de ronda verificava a presença dos asilados e se dispunha a receber qualquer reclamação, ou pedido dos mesmos.

Aos asilados foi disponibilizado um serviço de limpeza diário dos seus alojamentos por quatro fascinas, supervisionados por um sargento, os quais também estavam encarregues de prestar igualmente outros serviços que estes carecessem. Aos asilados foi ainda garantida a sua alimentação e um abono monetário de acordo com a respectiva patente de oficial.

A liberdade de circulação dos asilados na Praça de Elvas pode ser considerada como muito elevada, em face das inúmeras licenças que lhes foram concedidas, durante o período de guarda. Foram também concedidas duas autorizações para residir em casas alugadas dentro e fora da Praça de Elvas.

As licenças de deslocação tiveram início logo em Junho, apenas alguns dias após a chegada ao Depósito. Estas não só variavam no número de dias, chegando mesmo aos 60 dias, posteriormente prorrogados, mas, também, para a realização de visitas a locais como: Lisboa, Caldas da Rainha, Guimarães, Coimbra, Porto, Gerês, Vila do Conde ou mesmo Peniche.

O registo dessas deslocações encontra-se sucintamente descrito no Caderno de Alterações dos Emigrados Brasileiros²⁷, onde se destacam as deslocações de: José Pereira Guimarães, Daniel de Almeida e Sílvio Pellico Belchior, ao Conselho do Almirantado,

²⁶ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/18 – Carta do Governador da Praça de Elvas dirigida ao Director Geral da Secretaria da Guerra, de 6 de Junho de 1894.

²⁷ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/18 – Caderno de Alterações dos Emigrados Brasileiros.

em Lisboa, como testemunhas no processo em Conselho de Guerra do Comandante Augusto de Castilho. Outros deslocaram-se a locais já referidos e que, aparentemente, coincidiam com uma vontade de residência.

Contudo, nem todos cumpriram a palavra de honra e foram registadas quatro ausências sem licença (fugas), mas também se verificou a inexistência de uma qualquer tentativa para localização e de regresso compulsivo dos mesmos.

A desmobilização do Depósito de Emigrados Brasileiros de Elvas foi progressiva, entre licenças de deslocação e licenças de livre residência. Ainda em 1894, cerca de 70% dos asilados foi dada licença de residência permanente e em Dezembro de 1895 já não existiam asilados brasileiros retidos em Elvas.

Entre os asilados o mais ilustre de todos foi o Contra-Almirante Médico José Pereira Guimarães, o médico mais graduado da Armada Brasileira e um reconhecido cirurgião do Rio de Janeiro. Tinha tomado a decisão de acompanhar em 1894 o Contra-Almirante Saldanha da Gama na luta revolucionária contra o Presidente Floriano Peixoto, e como tal manteve-se durante esse período no Hospital de Sangue da ilha das Enxadas, onde se encontrava sediada a Escola Naval e, a 13 de Março, embarcou com os outros asilados na corveta *Mindelo*. Este oficial permaneceu a bordo da corveta *Mindelo* até que foi transferido para o vapor *Pedro III* e, posteriormente, para o vapor *Angola*, onde chegou a Lisboa, não tendo participado ou colaborado em qualquer das fugas registadas.

Já em Elvas, foram-lhe concedidas várias licenças e prorrogações de prazo de licença até que em Dezembro de 1894, altura em que lhe foi concedida a licença de livre residência. A primeira licença de 10 dias foi-lhe concedida logo em 18 de Junho, onde veio esperar a Lisboa a sua família que vinha do Rio de Janeiro. Em Lisboa a sua licença de deslocação foi prorrogada por mais 20 dias e, a 14 de Julho, recebeu autorização para se manter em Lisboa até nova ordem²⁸.

Em Agosto obteve licença de deslocação de 15 dias para ir a Coimbra, mas com instruções para regressar a Lisboa findo o prazo e até nova ordem. Contudo, em Setembro conseguiu a anteriormente referida reunião com o Presidente do Conselho de Ministros Hintze Ribeiro, onde foram assentes as condições para a concessão de liberdade aos asilados brasileiros. Foi neste contexto que lhe viriam a ser proporcionadas as futuras deslocações a Lisboa, Coimbra e Porto, assim como ao estrangeiro. Foi-lhe, ainda,

²⁸ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/18 – Caderno de Alterações dos Emigrados Brasileiros.

concedida autorização de livre residência a 22 de Dezembro e antes de regressar ao Brasil foi convidado para sócio da Academia Real das Ciências, da Sociedade de Medicina de Lisboa, da Sociedade de Cirurgia de Paris e também agraciado pelo Governo Português com a Comenda da ordem de Cristo de Portugal²⁹.

São escassas as informações sobre outros asilados, em especial sobre os seus percursos de vida, mas foi possível identificar que o 1º Tenente Sívio Pellico Belchior terá regressado ao Brasil finda a guerra civil e retomado a sua carreira militar na Marinha Brasileira, como indica uma nota de necrologia no *Diário do Natal*³⁰, do Estado do Rio Grande do Norte, de 16 de Setembro de 1909, no qual se noticia a missa de 7º dia do falecido Capitão-de-Corveta Sívio Pellico Belchior.

No caso do médico cirurgião Daniel de Almeida, sabemos que enquanto esteve em Elvas continuou a prestar serviços de saúde em Elvas e em Évora, serviços esses que foram a 30 de Novembro de 1894 reconhecidos pelo Governo Português. Esta continuação da prática de medicina em território português era conhecida entre os emigrados alojados na Fortaleza de Peniche, como se identifica num documento onde é solicitada a autorização para um asilado se deslocar a Elvas a fim de ser operado por este médico³¹.

Fortaleza de Peniche

O Depósito de Emigrados Brasileiros da Praça de Peniche viria a ser o centro de atenções na época, tanto pela proximidade a Lisboa como pelo número de asilados.

O local foi inicialmente indicado por instruções do Ministro da Guerra o General Pimentel Pinto, a 30 de Maio de 1894, para o alojamento de um Capitão-de-fragata, cinco Tenentes e Guardas-marinha, os Aspirantes, os mestres e oficiais inferiores e as 95 praças da Marinha Nacional do Brasil³².

Contudo, seguiram com guia de marcha para o Depósito de Peniche os militares da Marinha Nacional e de outras forças militares: seis oficiais (dois Tenentes e quatro Guardas-marinha), 15 Aspirantes, 12 Sargentos e 26 Praças. A diferença entre o número previsto e o efectivo (129 homens) em Peniche, justifica-se pela deliberação posterior de enviar parte dos oficiais para Elvas e a retenção dos civis nesta fortaleza.

²⁹ Augusto de Castilho (1903), p. 103.

³⁰ *Diário do Natal*, 16 de Setembro de 1909.

³¹ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/26 – Documentos Avulso.

³² PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/20 – Telegrama da Secretaria da Guerra para o Ministro da Marinha.

A diferença de um asilado que se verifica entre o registo na lista nominal do vapor *Angola* (128 homens) e o registo na lista nominal do Cadernos Anual de Alterações do Depósito dos Emigrados Brasileiros na Praça de Peniche³³ (129 homens), é referente à inexistência do registo do Soldado Marinheiro Victor Lazaro Rodrigues, que não se encontra registado na relação de passageiros de 3ª classe do vapor *Angola*, certamente um lapso, uma vez que entrou na fortaleza no mesmo dia que os outros asilados.

Relativamente aos civis (paisanos) que seguiram para Peniche, estes totalizavam 70 homens e é interessante verificar que 45 foram identificados como sendo portugueses, quatro espanhóis, dois italianos e um francês, ou seja, 74% dos civis que não participaram nas fugas no vapor *Pedro III* e regressaram no vapor *Angola*, não se identificaram como brasileiros. Talvez seja esta identificação uma justificação para não terem participado na fuga generalizada a 27 de Abril em águas uruguaias.

A entrada dos asilados em Peniche também foi faseada, sendo que a quase totalidade chegou a 2 de Junho a bordo do vapor *Angola* e só depois, progressivamente, na sequência das altas hospitalares, os internados no Hospital de Marinha em Lisboa. Esse pequeno grupo de cinco oficiais foi deslocado por transporte terrestre, seguindo de comboio de Lisboa até Torres Vedras, posteriormente de carro até à Lourinhã e daí, finalmente, para a Fortaleza de Peniche.

Nestas listas nominais foi possível depreender que havia cinco casos de doença mais graves que foram tratados no Hospital da Marinha e que os 44 outros quadros clínicos suscitavam cuidados médicos menores e foram tratados na enfermaria da Fortaleza de Peniche³⁴.

Progressivamente os asilados doentes e feridos foram recebendo alta hospitalar. Em 1894: 18 em Junho, 11 em Julho, cinco em Agosto, sete em Setembro, um em Novembro e dois em Dezembro. Durante o ano de 1895 foram registadas sete altas hospitalares e a morte do asilado brasileiro Jacinto Nunes dos Santos a 12 de Junho, cozinheiro, natural do Estado de Sergipe³⁵. Esta morte ocorreu após o seu internamento

³³ PT/AHM/DIV3/17/04/CX28/09 – Caderno Anual de Alterações do Depósito dos Emigrantes Brasileiros na Praça de Peniche, de 1894.

³⁴ PT/AHM/DIV3/17/04/CX27/01 – Emigrados Brasileiros Depósito de Peniche. Relação de altas hospitalares de 1894, 1895 e 1896.

³⁵ PT/AHM/DIV3/17/04/CX27/01 – Emigrados Brasileiros Depósito de Peniche, Altas do Hospital 1894-96.

na enfermaria a 16 de Maio na sequência de uma cirrose do fígado. Apenas em janeiro de 1896, ocorreu a alta hospitalar do último asilado ainda em Peniche.

Ultrapassados os processos de alojamento e de internamento para cuidados de saúde, os recém-chegados a Peniche também cumpriram o acto administrativo de assinarem uma declaração de honra, onde formalmente referiam que não se evadiriam daquela fortaleza e de não regressariam aos Estados Unidos do Brasil, tal como se tinha verificado para os asilados na Praça de Elvas.

As condições de alojamento na Praça de Peniche levaram a que alguns dos emigrados solicitassem autorização para residirem fora da cidadela, o que lhes foi concedido. Isto demonstra alguma liberdade de movimentação em torno do perímetro urbano de Peniche.

No entanto, é de referir duas situações, a do 1º Tenentes Thomaz de Medeiros Pontes e o Médico graduado em 1º Tenente Afonso Henriques de Castro Gomes, aos quais lhes foram oferecidos pelo Ministério da Guerra alojamentos no Hotel de José Maria da Conceição, a 22 de Junho de 1894, no Largo Francisco José Machado em Peniche, actualmente o Largo 5 de Outubro, por forma a presentear estes dois oficiais com condições mais condignas e ao mesmo nível das condições disponibilizadas aos oficiais colocados em Elvas³⁶.

Há que referir que o Ministério da Guerra demonstrou ao longo do processo uma preocupação com as condições materiais que ofereceu aos asilados. Tal preocupação reflectiu-se na atribuição de abonos (vencimentos diários) como se reconhece na nota de 22 de Junho de 1894, onde é indicado que os oficiais e indivíduos (paisanos) com essa graduação receberiam 400 reis, os aspirantes 400 reis, os sargentos e indivíduos com essa graduação equiparada 125 reis, os cabos e soldados 60 reis. De referir que os paisanos foram equiparados aos militares pelas classes profissionais que detinha a bordo. Sobre estes abonos eram descontados os valores para rancho (conjunto das refeições diárias): sargentos e indivíduos com essa graduação equiparada 95 reis e para cabos, soldados e outros indivíduos civis 45 reis³⁷.

O Depósito de Emigrados Brasileiros da Praça de Peniche, teve no seu máximo 129 asilados: 59 militares (54 brasileiros e cinco portugueses) e 70 paisanos (18

³⁶ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/21 – Afonso Henriques de Castro Gomes.

³⁷ PT/AHM/DIV3/17/04/CX27/03 – Emigrados Brasileiros em Depósito, 1894.

brasileiros, 45 portugueses, quatro espanhóis, dois italianos e um francês), mas o número rapidamente começou a diminuir.

Apesar dos asilados serem inicialmente atribuídos aos locais mencionados, ocorreram exceções, mais ou menos permanentes e outras temporárias. Por exemplo, em Elvas, e nos dois primeiros meses, 14 asilados tiveram autorização para residirem fora da cidadela e, paralelamente, começaram a ser autorizadas licenças para deslocação temporária, o que diminuiu a concentração diária de asilados residentes na fortaleza.

São várias as razões para a concessão de licenças de deslocação temporária. Por exemplo, existiram deslocações entre Depósitos de Emigrados, como se pode avaliar pelo requerimento de Augusto Durval da Costa Guimarães que anteriormente tinha passado pelo Hospital da Marinha, à chegada a Lisboa, e que solicitou em Agosto de 1894 uma licença para se deslocar a Elvas, de modo a ser tratado pelo médico brasileiro Daniel de Almeida que aí se encontrava³⁸. Outras licenças de deslocação temporária foram justificadas por motivos pessoais e outras houve que se restringiram a uma ida a Lisboa para audição de asilados também como testemunhas no processo do Conselho de Guerra ao comandante Augusto de Castilho. Para essas audições foram identificadas licenças de dois oficiais de Peniche, mas também a civis asilados de nacionalidade portuguesa, como a António José Pires (fogueiro), João de Lima (trabalhador), João Baptista Teixeira (trabalhador), Domingos António Borges (criado), Francisco António (criado) e João Baptista (criado)³⁹.

Se por um lado o controlo sobre os emigrados não era apertado, existem algumas referências a eventuais abusos sobre as licenças de deslocação concedidas, pelo menos relativamente ao médico Afonso Henriques de Castro Gomes (Peniche) e aos oficiais Sílvio Pellico Belchior (Elvas) e Thomaz de Medeiros Pontes (Peniche) em Dezembro de 1894. Estes abusos teriam ocorrido quando estes se encontravam em Lisboa para serem ouvidos como testemunhas e não cumpriram o dever de apresentação na Secretaria do Conselho do Almirantado, tendo o facto sido anotado nos registos pessoais, indicando a situação de localização em local incerto dos mesmos⁴⁰.

O recolhimento dos asilados na Fortaleza de Peniche apenas teve expressão durante os três primeiros meses, sendo que nos dois meses seguintes: Setembro e Outubro

³⁸ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/26 – Augusto Durval da Costa Guimarães

³⁹ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/25 – Augusto de Castilho

⁴⁰ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/25 – Augusto de Castilho

de 1894, o processo de concessão de licenças de livre residência abrangeu quase 78% do universo de asilados aí colocados.

Estes processos de concessão de licenças de livre residência são coincidentes com as datas de idênticos processos que decorriam em Elvas e podem ser associadas ao resultado das negociações anteriormente referidas, entre o Contra-Almirante José Pereira Guimarães, emigrado brasileiro na Praça de Elvas, e o Presidente do Conselho de Ministros Hintze Ribeiro em Setembro de 1894, em Lisboa.

Sobre o que aconteceu aos asilados após a obtenção das licenças de livre residência não se encontra um registo específico no Arquivo Histórico Militar, mas existem informações dispersas em pequenas notas nos cadernos e fichas.

Para o caso do 1º Tenente Médico Afonso Henriques de Castro Gomes, um documento datado de 22 de Setembro de 1895, expressa um pedido ao Governador da Praça de Peniche para a restituição da palavra de honra de não regressar aos Estados Unidos do Brasil, dada a 2 de Junho de 1894⁴¹, uma vez que desejava regressar findas as razões que o impunham. Nesse mesmo documento encontrámos referência a idêntica solicitação para os outros oficiais que o acompanhavam no Depósito de Peniche.

Igualmente, encontrámos junto à nota de autorização de livre residência concedida a dois irmãos portugueses, Bernardino Gonçalves Duque e José Gonçalves Duque, de profissão cordoeiros, naturais de Pova do Varzim, permissão para a partir de 12 de Setembro de 1894 puderem residir na localidade de onde eram naturais⁴².

Bibliografia

Jornais e Revistas

Pacotilha, Brasil, Maranhão
O Ocidente, Portugal, Lisboa

Arquivos

Arquivo Histórico de Marinha
Arquivo Histórico Militar

⁴¹ PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/21 - Afonso Henriques de Castro Gomes.

⁴² PT/AHM/DIV3/17/04/CX29/27 - Bernardino e José Gonçalves Duque.

Documentação

ALVAREZ, Adriana (2004), “El Rol de los Lazaretos en el Control de el Cóler y la Fiebre Amarilla: Buenos Aires 1870-1915”, in *História Revista*, Vol. IX, n.2, pp.287-317, Jul-Dec 2004, BR Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. <https://doi.org/10.5216/hr.v9i2.10448> (consultado em 2020/04/09)

ALVES, Francisco das Neves (1998), “A Ruptura Brasil-Portugal à época da Revolta da Armada”, in *Estudos Ibero-Americanos*, Vol. XXIV, n.2, pp. 231-246, Dec 1998, BR Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.1998.2.27262> (consultado em 2020/11/11)

AZEVEDO, António Augusto (1895), *Fracasso do ataque a cidade do Rio Grande*, BR Porto Alegre, Livraria Mazeron.

BARRETO, Aníbal (1958), *Fortificações do Brasil*, BR Rio de Janeiro, Estabelecimentos Gráficos Monte Scopos Ltda.

BENTO, Cláudio Moreira (2016), *A Esquadra Legal ou Esquadra de Papelão e suas vitórias no Rio de Janeiro e Santa Catarina na Revolta da Esquadra 1893-1894*, BR Pelotas, Academia Militar das Agulhas Negras.
<http://www.ahimtb.org.br/A%20Esquadra%20Legal%20ou.pdf> (consultado em 2020/03/02)

CALDAS, Honorato Cândido Ferreira (1896), *Apoteose do Almirante Saldanha da Gama*, BR Rio de Janeiro, Tipografia e Papelaria de Alexandre Vilela.

CASTILHO, Augusto de (1894a), *Portugal e Brasil: Conflito Diplomático I*, Série Biblioteca da Revista Portuguesa de Direito, Lisboa, M. Gomes Editor-Livreiro de suas Majestades e Altezas.

CASTILHO, Augusto de (1894b), *Portugal e Brasil: Conflito Diplomático II: Correspondência Oficial Agosto 1893 a Maio de 1894*, Coleção Biblioteca da Revista Portuguesa de Direito, Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional Editora.

CASTILHO, Augusto de (1894c), *Portugal e Brasil: Conflito Diplomático III: Correspondência Oficial Agosto 1893 a Maio de 1894*, Coleção Biblioteca da Revista Portuguesa de Direito, Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional Editora.

CASTILHO, Augusto de (1903), “Dr. José Pereira Guimarães”, in *Brasil-Brasil*, Ano V, n.103 de 1 de Maio de 1903, Lisboa, Tipografia Portugal.
http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/1903_1904/N103/N103_master/N103.pdf (consultado em 2020/07/22).

CASTRO, Celso (1995), *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e acção política*, BR Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

COSTA, Dídio (1944). “Centenário do Nascimento de Heróis da Marinha 1844-1944”, in *Revista Marítima Brasileira*, Ano LXIV Jul-Ago-Set 1944, n. 1,2 e 3, pp. 3-

43, BR Rio de Janeiro, Ministério da Marinha - Imprensa Naval.
http://memoria.bn.br/pdf/008567/per008567_1944_00148.pdf (consultado em 2020/10/05)

COSTA, Sérgio Corrêa da (2017), *A diplomacia do Marechal: Intervenção estrangeira na revolta da Armada*, Série História Diplomática, BR Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG).

DONATO, Hernâni (1996), *Dicionário das Batalhas Brasileiras*, BR São Paulo, Ibrasa.

ESPARTEIRO, António Marques (1985), *Três Séculos no Mar (1640-1910)*, Vol. XVII, Lisboa, Edição do Ministério da Marinha, Biblioteca Central da Marinha.

FREIRE, João (2018), *Augusto Castilho e a Revolta da Marinha Brasileira em 1893-94*, Lisboa, Academia de Marinha.

GOMES, Laurentino (2015), *1889*, Porto, Porto Editora.

LIMA, Joaquim Quelhas (1940), *Normas Gerais e Regras Práticas de Direito Internacional Marítimo*, Parte 1, Lisboa, Ministério da Marinha-Estado Maior Naval.

MARTINS, Hélio Leôncio (1997), *A Revolta da Armada. – 1893*, BR Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1997.

NABUCO, Joaquim (1896), *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta de 1893*. BR Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger.

RICUPERO, Rubens (2017), “José Maria da Silv Paranhos Júnior” in PIMENTEL, José Vivente de Sá (editor), *Brazilian Diplomatic Thought: Policymakers and Agents of Foreign Policy (1750-1964)*, Vol. II, BR Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão.

RINKE, Stefan (2015), *América Latina y Estados Unidos: Una historia entre espacios desde la época colonial hasta hoy*, SP Madrid, El Colegio de México – Ediciones de Historia, SA.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos (2014a), “Entre barcos e telegramas: A crise do Asilo diplomático depois do fim da Revolta da Armada (1894)”, in *Antíteses*, Vol. VII, n.13, Jan-Jun. 2014, pp. 134-157. BR Londrina, Universidade Estadual de Londrina.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos (2014b), *O mais esquisito dos espectáculos: a crise do asilo diplomático entre Brasil e Portugal em 1894*, Tese Doutoral em História, BR Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5718/1/000456310-Texto%2BCompleto-0.pdf> (consultado em 2020/07/28)

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos (2015), “Um conflito diplomático entre Argentina e Portugal em torno dos brasileiros asilados em 1894: um exercício de história cruzada”, in *Dimensões – Revista de História da Ufes*, Vol. XXXV, Jul.-Dec. 2015, pp. 147-174, BR Espírito Santo, Universidade Federal do Espírito Santo.

<https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/12495> (consultado em 2020/10/12).

SILVA, Tomás Mendes da (2015), *Imagens da Revolução Federalista (1893-95) na Literatura e na História*, Dissertação de Mestrado em Letras, BR Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8078/Tomas.pdf?sequence=1> (consultado em 2020/09/11)

VILLAR, Frederico (1944), “As Revoluções que eu vi”, in *Revista Marítima Brasileira*, Ano LXIV Out-Nov-Dec de 1944, n. 4,5 e 6, pp.293- 314, BR Rio de Janeiro, Ministério da Marinha - Imprensa Naval.

http://memoria.bn.br/pdf/008567/per008567_1944_00148.pdf (consultado em 2020/10/05).

XAVIER, Mateus Fernandez (2017), “A Revolta da Armada: a Revolução Federalista e as relações Brasil-Portugal”, in *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, Vol. XIII, n.1, pp.173-200, 2017, PB Brasília Distrito Federal, Universidade de Brasília.

<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/download/253/pdf> (consultado em 2020/05/03).